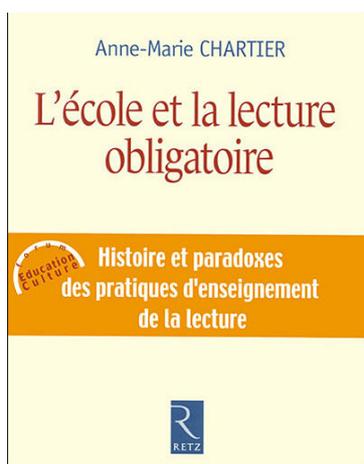


# CHARTIER, Anne-Marie. L' école et la lecture obligatoire: histoire et paradoxes des pratiques d'enseignement de la lecture. Paris: Retz, 2007. 351 p.

Maura M. Santos\*

\* Professora da Rede Municipal de Belo Horizonte; doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



## RESENHA

O livro, apesar de publicado em 2007, mantém a atualidade decorrente da relevância na seleção dos temas e da maneira como a autora os aborda, bem como do fato de ter tido pouca repercussão no Brasil. Dividido em onze capítulos, a obra é o resultado de vários anos de pesquisa ao longo dos quais a autora tem se dedicado especialmente a estudos sobre leitura, sua aprendizagem e usos sociais. Por meio do livro, Anne-Marie Chartier reúne, sob versão atualizada e muitas vezes com profundas alterações, trabalhos publicados anteriormente, de maneira esparsa, atribuindo a eles uma organização coerente, por meio da qual busca traçar uma história social e cultural da leitura obrigatória na França.<sup>1</sup>

Ao longo desse processo, destaca três tipos de professores que marcam importantes ciclos das mudanças, esclarecendo limites e contradições que delimitam esses períodos, concentrando-se nas dificuldades que os docentes tiveram de enfrentar para educar e instruir as crianças de meios populares. Os três tipos destacados: o primeiro possui a função precípua de promover a educação cristã das massas e emerge com o modelo de La Salle; o segundo, que se organiza em torno da escola republicana, assume uma função mais ampla na educação das crianças, passando a ensinar, juntamente com

<sup>1</sup> Ao que tudo indica, apenas um dos trabalhos reunidos teve tradução em português: “Dos abecedários aos métodos de leitura: gênese do manual moderno antes das Leis Ferry (1881)” (Em: CHARTIER, Anne-Marie. Práticas de leitura e escrita: história e atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 67-119).

os saberes anteriormente ensinados pelo clero (ler, escrever e calcular), os saberes modernos da instrução do cidadão da república; o terceiro, enfim, apresentado por ela como um tipo ainda indefinido, está inscrito no contexto contemporâneo de massificação da instrução longa e, conseqüentemente, de mudança das significações dos saberes escolares e da cultura escrita.

A obra é iniciada pela explicitação dos paradoxos de uma educação ou instrução comum que deve visar a todas as crianças. Se na atualidade vemos a escola e a aprendizagem da leitura como algo natural, a perspectiva adotada pela historiadora nos faz confrontar nosso ideário com as grandes questões engendradas pelo surgimento dos então novos usos sociais da leitura e da escrita, bem como pela evolução das maneiras de ensiná-las às crianças dos meios menos favorecidos socialmente e, sobremaneira, pela ausência de um consenso sobre a cultura comum a ser ensinada nas escolas.

Assim, essa reconstrução histórica aborda práticas e processos de ensino bastante heterogêneos que, quando observados pela lente da pesquisadora, revelam aspectos capazes de surpreender pedagogos e demais profissionais da atualidade interessados na área de ensino. O modelo inovador de Jean-Baptiste de La Salle exemplifica essa heterogeneidade. Em fins do século XVII, esse modelo teve o mérito de tornar as escolas atrativas para as crianças das famílias mais pobres ao propor duas inovações: a gratuidade generalizada da escola e a leitura direta em francês. As crianças eram iniciadas na cultura escrita, de um lado, aprendendo de cor os textos de referência em francês, cujo valor e uso eram assimilados pela prática (com um exame final, a comunhão), e de outro lado, aprendendo a decifrar esses mesmos textos por uma silabação sistemática que, por fim, as habilitaria a ler textos novos. Essa ligação entre a memória de textos e a análise das palavras retardava o desenvolvimento dos mecanismos da leitura, prolongando a escolaridade, tornando possível a consolidação dos saberes religiosos, inscrevendo a frequência escolar na vida cotidiana das crianças e nas expectativas de suas famílias.

Continuando essa trajetória, a autora nos fornece uma visão abrangente de vários aspectos implicados na “invenção de uma alfabetização coletiva”. Dialoga com vários documentos e testemunhos que nos levam a perceber as vantagens e os limites dessa nova modalidade de aprendizagem, lembrando-nos de que, embora a eficácia de uma aprendizagem da leitura por meio da interação dual com o professor tenha sido uma evidência de longa duração (entre preceptor e aluno), foi apenas o afastamento desse modo individual

que possibilitou a escolarização em massa, ou seja, de um “ler-escrever-calcular” para todos. A partir desse diálogo entre textos, Anne-Marie Chartier desvenda relações complexas entre as inovações pedagógicas e os conflitos de interesses familiares, religiosos e políticos que culminaram na prática de uma pedagogia coletiva que a seu turno possibilitou a construção do primeiro currículo de leitura comum e no seu ensino gradativo, distribuído ao longo de vários anos de escolaridade.

Além de esclarecer de que maneira os conflitos gerados pelas inovações dos métodos de alfabetização contribuíram para a massificação do ensino da leitura, Anne-Marie Chartier evidencia pontos de vista contraditórios em relação à idade adequada de iniciação do processo de aprendizagem da leitura e o tempo necessário para sua completa aquisição.

Atenta à evolução das demandas sociais por novas práticas de leitura e às diferenças entre os grupos sociais que as praticavam, Anne-Marie Chartier aponta algumas limitações do modelo de La Salle, solapado em seus fundamentos por novas práticas de leitura profana que corroeram a pertinência social da leitura intensiva, limitada a um *CORPUS* restrito. Essa tônica foi captada rapidamente pelos preceptores do século XVIII que visavam imediatamente à leitura extensiva e objetivavam tornar seus alunos capazes de ler um *CORPUS* infinito de textos, o mais cedo e rapidamente possível. Nesse contexto, enquanto as crianças de meios privilegiados são iniciadas nas letras aos quatro ou cinco anos para tornarem-se leitores autônomos um ou dois anos mais tarde, as crianças de meios populares aprendem a ler pelo menos três anos mais tarde. Focalizando as práticas dos professores, tônica de todo o livro, a autora distingue, de um lado, os professores das escolas populares que visam de modo paradoxal a retardar a aprendizagem da leitura e, de outro, os preceptores das famílias privilegiadas que inventam “métodos novos” para ensinar a ler precocemente às crianças. Essas inovações produzem os primeiros conflitos de métodos e os primeiros fracassos escolares da história da França.

Outro exemplo da heterogeneidade dos modelos e práticas evocados pela autora é o método “*ÉPELLATIVE*” que, mesmo criticado severamente por pedagogos do século XIX, permaneceu durante séculos tanto no ensino coletivo quanto nos ensinamentos particulares. Ao buscar explicitar as razões de sua permanência e eficácia em relação às expectativas da época, Anne-Marie Chartier esclarece que a lógica das etapas desse método, que consistiam basicamente em nomear as letras independentemente da ordem em que

eram apresentadas e, em seguida, apreender o princípio da silabação se baseando em uma quantidade restrita de palavras, passando-se, então, para a leitura de frases previamente conhecidas e recitadas oralmente, levava a uma “recitação mecânica” que produzia a memória literal dos textos, incompatível com uma leitura compreensiva. A leitura visada era o reconhecimento e não a descoberta de textos desconhecidos ou novos. A autora salienta a influência do pensamento de Rousseau sobre a atitude adotada por toda uma corrente educativa da época ao banir esse método, condenado pelo fato de impor às crianças uma leitura reduzida a exercícios de treinamento em um *CORPUS* limitado de textos. O banimento e a demanda por leituras mais práticas coincidem com o surgimento, no período, de uma era industrial da edição que altera profundamente a relação entre a leitura, a escrita e sua aprendizagem.

Nesse contexto, o ritual da leitura coletiva oralizada é abandonado em proveito da leitura silenciosa, valorizada por possibilitar a aprendizagem e a prática da leitura extensiva. A partir dessa mudança, os professores do século XIX passam a ter de se preocupar com uma nova proposta de cultura comum para a leitura dos alunos: de que maneira iniciá-los em uma cultura escrita sem se valer de textos canônicos de referência e, finalmente – a mais urgente das preocupações, segundo a autora – que procedimentos adotar a fim de que os alunos de meios populares vençam a etapa da decifração dos textos. Baseando-se em uma visão retrospectiva dessas evoluções, a autora, muito apropriadamente, se vale da expressão “laboratório” para caracterizar esse meio-século de progressos. Ao tratar da invenção do manual de alfabetização moderno, entre a Monarquia de Julho e a III República, retoma a discussão sobre os métodos a partir dos suportes criados massivamente pelos professores.

Tendo em vista a abundância desses suportes, focaliza as maneiras como os professores tentaram reduzir progressivamente o fracasso escolar dos alunos, inovando sua própria prática em face das diretrizes oficiais. No intuito de reforçar seu argumento em favor da relevância da adesão dos professores para o sucesso na implementação de propostas reformistas do ensino, Anne-Marie Chartier recorre ao pensamento de Émile Durkheim que afirma “Não se decreta o ideal, é necessário que seja compreendido, amado, querido por aqueles que têm o dever de realizá-lo”.<sup>2</sup>

Anne-Marie Chartier também se interroga sobre a crise da leitura em voz

<sup>2</sup> Tradução minha: “ON NE DECRÈTE PAS L’IDÉAL, IL FAUT QU’IL SOIT COMPRIS, AIMÉ, VOULU PAR CEUX QUI ONT LE DEVOIR DE LE RÉALISER”.

alta inscrevendo-a na questão mais ampla das situações de crise da leitura escolar, explicável por uma série de fatores, entre os quais a autora destaca a ausência de consenso entre os professores sobre as prioridades escolares, isso porque o saber ler dos estudos secundários, que diz respeito a uma leitura de estudo (seletiva, rápida e silenciosa), não é o mesmo da escola primária, cuja leitura atenta, dirigida e oralizada não produz leitores autônomos.

No momento em que “o aprender a ler” foi substituído por “ler para aprender”, Eugène Cuissart (1835-1896), inspetor e deputado no período republicano, dá o testemunho de sua geração ao afirmar que os únicos saberes que mereciam esse nome eram os saberes da escrita, objetivados nos livros. O valor e o uso social do livro são problematizados pela autora por meio de questões como a utilização dos manuais pelos professores, as reservas das autoridades ministeriais em relação ao uso excessivo desses manuais e a escolarização da literatura juvenil. Acerca dessa última questão, Anne-Marie mostra como a escola instituiu, ao lado de um “ler para se instruir”, um “ler por ler” que mobiliza a literatura francesa.

Assim, a autora argumenta que conjunturas históricas bem diferentes deram origem à mesma forte convicção de uma necessidade e urgência de universalizar o domínio do conhecimento da escrita exigida pela sociedade, o qual recebe atualmente a designação difusa de “letramento”,<sup>3</sup> que é o saber ler e escrever obrigatório de uma época, a cultura de base partilhada por uma sociedade. A autora se questiona sobre o estabelecimento de uma concepção utilitarista dos saberes na atualidade que deixaria somente para as universidades da terceira idade o privilégio das atividades de enriquecimento intelectual e cultural gratuitos.

Finaliza o livro com várias observações e hipóteses acerca das possíveis mudanças na leitura e na escola devido ao advento das novas tecnologias que originam novas linguagens.

Ao resenhar um livro tão denso, cuja diversidade e relevância de temas captam o interesse de pesquisadores de diversas áreas como, por exemplo, a história, a pedagogia, a linguagem, dentre outras, sempre se corre o risco de parecer reducionista, não abordando conteúdos demasiadamente caros a certas áreas. Porém, o risco se torna menor quando sobreposto pelo desejo de compartilhar e incitar a leitura de um livro tão imprescindível como esse de Anne-Marie Chartier.

<sup>3</sup> No original “littéracie”.